



ENTREVISTA: FÁTIMA MATOS, ATIVISTA NEGRA AMAZÔNIDA DO CEDENPA

Monica Prates Conrado¹
Universidade Federal do Pará, Faculdade de Ciências Sociais
Belém, Pará, Brasil.

INTRODUÇÃO

“Sempre tive necessidade de me instrumentalizar”. Fátima Matos

Histórias que se enredam, se entrelaçam, que se entrecruzam que caminham juntas e se fortalecem: a do CEDENPA - 40 anos e de Fátima Matos, que se torna ativista negra, como salienta, quando começa a fazer parte do CEDENPA, em meados dos anos de 1980. Eu conheci Fátima Matos em um dos eventos com temática racial, não me lembro ao certo qual, entre 2003 e 2004 – desses que ela, geralmente, pede a palavra e dá um aulão! Sobre o debate de gênero e raça está sempre presente em suas reflexões marcadas pela inquietude; à flor da pele. Tínhamos encontrado (desde então) algo em comum! E, desde então, construímos uma relação de amizade, afeto e admiração mútua.

Maria de Fátima Matos Silva nasceu em Belém do Pará no dia 29 de Dezembro de 1951, conhecida como Fátima Matos, militante do CEDENPA (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará) desde meados dos anos de 1980 e do Movimento de Mulheres

¹ Possui Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990) e Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2001). Atualmente é professora Associada IV da Universidade Federal do Pará atuando como docente na Graduação em Ciências Sociais, na Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) e no Mestrado em Direito do Programa de Pós-Graduação em Direito- UFPA. Possui Pós-Doutorado em Antropologia pela Universidade de York, Toronto, Canadá como bolsista de Estágio Sênior - CAPES (2014). Visiting Professor at Centre for Research on Latin America and the Caribbean - CERLAC (2014). Pós-doutorado pelo Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2017-2018). Tem experiência na área de Sociologia, Antropologia e Direitos Humanos das Mulheres trabalhando com os temas: Feminismo Negro, Teorias Decoloniais, Migração, gênero e mobilidades internacionais, Relações raciais e Juventudes. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisa NOSMULHERES. Pela Equidade de Gênero Etnicorracial da Universidade Federal do Pará - UFPA. E-mail: monicaconrado6@gmail.com e ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8009-9415>



ao realizar várias atividades em algumas regiões do Pará “para a nossa Plataforma de Políticas Públicas para as Mulheres da Amazônia em 1994 e após a Conferência de Beijing, em 1995, nós criamos o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, o FMAP”. Fátima Mattos foi Conselheira do Conselho Municipal da Condição Feminina – CMCF/Belém desde a sua implantação que se deu em março de 1987. Ela foi eleita em 1996 para Presidente do CMCF, sendo reeleita até 2004. E representa o CEDENPA no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM do Pará. Militante do Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH desde 1991. Ativista negra Amazônida de várias pautas que se transversalizam em uma abordagem de raça e gênero: luta antirracista, combate à violência contra a mulher, saúde, educação, segurança pública, direitos humanos e direitos reprodutivos e sexuais. Fátima Matos me contou certa vez: “nós lutamos muito por isso: o direito ao aborto legal [...] criamos um grupo que discutiu a implantação do Programa Aborto Legal na Santa Casa [Hospital], em 1996”.

Como se deu o encontro CEDENPA e Fátima Matos?

Eu, Fátima Matos, ingressei no CEDENPA há 36 anos [...] Não tenho bem certo. Acho que comecei em 1985. Fui assistir à peça teatral Face Negra Face², um dos instrumentos de valorização utilizado pelo CEDENPA através do teatro para levar a história da África sobre a questão do racismo no Brasil. Me interessei, participei do debate pós-apresentação da peça Face Negra Face, e coloquei o meu ponto de vista, a impressão que me deu a história. Na realidade, aquilo foi o começo de uma questão que já habitava na minha cabeça desde criança. Eu sempre fui uma menina muito rebelde, eu sempre fui contra qualquer atitude que me incomodasse ou que eu observasse que incomodava outras pessoas, traduzindo para os tempos de hoje, ou seja, qualquer conduta, qualquer comportamento que eu percebesse que estava violando os direitos das pessoas eu ia para cima.

²De acordo com Amilton Sá Barretto, que contou sobre sua paixão pelo teatro, e participou de todo o processo de montagem de *Face Negra Face* (1985), em meados dos anos de 1980 - fez questão de ressaltar - a peça circulou por quase todas as comunidades de Belém e, em alguns municípios, durante um ano. Houve ainda outras peças teatrais montadas pelo CEDENPA. Nilma Bentes, uma das fundadoras do CEDENPA, narrou que fez parte do coletivo que escreveu e fez a montagem das peças teatrais: *Face Negra Face* (1985), *A História se repete* (1991) e *Axé Zumbi, Axé* (1995).



Então, Fátima, conte um pouco como se tornou uma ativista negra amazônida cuja história pessoal se enreda em sua história de militância.

Meu pai era ambulante, depois se tornou comerciante em uma outra situação, e eu fui alfabetizada acredito até a quarta série e já era rebelde; já observava coisas que me incomodavam, que incomodavam os outros e eu sempre fui para cima. Morei com a minha avó muitos anos, depois fui morar com a minha mãe, mas nunca permiti que qualquer tipo de violência continuasse na minha vida. Eu convivi com assédio sexual por parte de um parente, mas fui para cima, me rebelei; tive até uma atitude violenta ao não aceitar. Quando eu namorava, eu nunca aceitei que nenhum namorado comandasse a minha existência. Quando morava com a minha mãe, após o segundo casamento dela porque no primeiro casamento dela eu quase não convivi com meu pai, eu não me lembro como era a vida deles. Só me lembro que ele era uma pessoa calma e a minha mãe, acho que, como diz o nosso falar paraense “puxei muito para ela”. Eu sempre fui muito resolvida, muito independente talvez para a época [anos 60]. E ela, eu percebia que era uma mulher muito independente também para a época, mas também teve suas escolhas infelizes e por isso sofreu muito. E eu também, no decorrer da minha vida de adolescente, ia ter o casamento, eu também tive escolhas infelizes. Mas eu penso que as escolhas não permanecem felizes na nossa vida, porque quando se percebe a gente se distancia dessas escolhas. Eu acho que isso já é um ato rebelde feminino quando uma mulher não permite viver em relações abusivas porque é sobre disso que se trata. Naquela época, se falava assim: -“ o homem é mau, ou seja, uma boa mulher, uma boa namorada para que ele seja bom também”, mas acredito que aos homens era apenas sugerido que fossem um bom pai, um bom marido, no sentido de sustentar a casa, aí não se tratava de afetividade, de companheirismo, não se falava de fraternidade, essas palavras tão adocicadas, tão bem colocadas, bem postas que na realidade, hoje, tão pouco se pratica e, naquela época, nós mulheres praticávamos o amor ao próximo, a solidariedade, o amor aos filhos, amor à casa, amor ao marido, e eu percebia tudo isso e me incomodava. Por exemplo, eu lembro que quando pela primeira vez eu raspei as minhas pernas, eu queria as pernas lisinhas sem pelos. Houve uma reunião de família para discutir se eu seria futuramente uma puta ou não. Mana, eu não tive oportunidade de chegar a um nível, entre aspas, superior como eu queria porque eu também fui cuidadora da casa. Eu fui uma menina escravizada no serviço doméstico pela minha própria avó, tia da minha mãe, mãe de



criação dela e minha avó de criação. E aí vêm surgindo os movimentos sociais, movimentos negros, feministas, organizações de mulheres, clube de mães. Eu lembro que no meu bairro, ali no bairro do Marco, na rua Humaitá, em Belém, tinha uma Associação de Lavadeiras, na década de 1960, perto da escola. Eu era menina e estudava na Escola de Ambulantes para filhos de quem era ambulante e fazia parte como associado. Depois, elas começaram a pensar em uma associação de outros serviços que elas faziam: de arrumadeiras, de passadeiras, de cozinheiras. E como era perto da minha casa, eu observava o entra e sai dessas mulheres e as suas conversas e cheguei uma vez até a observar como intrusa, abelhuda, a reunião delas. Na reunião, elas discutiam o pagamento das lavagens, “a passagem de roupas”, das arrumações de casa, da cozinha e discutiam um pouco as relações delas com a família, mas no sentido da dificuldade de sair de casa para ir fazer essas atividades e voltar. Algumas colocavam que quando entravam em casa, o marido logo cobrava que não estava cuidando das crianças: - Cadê o dinheiro recebido? Então, eu fui desde essa época que observava essas questões e não me sentia bem. Eu achava que não era direito, é claro que não era essa palavra, direito é de agora. Mas não era legal, não era bom, e que eu não queria uma vida dessas. O que eu quero dizer é que, desde cedo, aos 13, 12 anos e, ao longo dos anos, “eu me percebia uma feminista” que se diz hoje. A concepção acentuada de que para mudar o mundo você tem que se rebelar contra as injustiças pelo que as mulheres passam. Eu já era assim. Ainda tem mais, eu me metia muito na vida dos outros. Eu lembro que, aos 17 anos, na rua onde eu morava, eu apanhei de um marido que estava batendo na mulher. Eu fui lá acudir. Ele me jogou no chão e até me pisou. Lembro bem que, naquela época, eu usava um trancelim de ouro, que hoje é cordão arrebentou. Eu tinha ganho de presente da minha mãe. E na hora da briga, eu fui acudir a senhora apanhando. Então, isso são coisas que vão somando e formando a personalidade feminina, e a minha personalidade foi formando assim, querendo amar, querendo gostar, querendo estar junto, mas de olho aberto para as questões e não deu outra. Eu casei aos 18 anos, confesso que hoje eu já falo assim, não fazendo graça e nem piada, mas eu já falo com segurança que apanhei dos 20 aos 29 anos. Mas eu consegui me libertar, separar, caminhar com as minhas próprias pernas. Com ajuda da minha mãe, eu consegui criar, como a gente fala nesse panteão antigo, os filhos [um menino e uma menina] sendo uma costureira profissional, ajudando a minha mãe. Minha mãe se tornou uma cozinheira profissional também. Sempre moramos juntas. Eu sou filha única de parte da minha mãe, mas tenho três irmãos



por parte do meu pai com outra companheira. São hoje dois adultos e uma mulher, não sei da vida que levam absolutamente nada. Eu acompanhei, na realidade, a minha mãe que foi uma escola pra mim. Eu me espelhei muito nas atitudes da minha mãe, talvez se a minha mãe tivesse convivido com meu pai e minha mãe tivesse sido vítima de uma relação abusiva, ou se foi, ela não me contou porque não sei a causa da separação. Só sei que separaram, mas talvez se eu tivesse convivido anos e anos com pai e mãe em uma relação abusiva, eu estaria reproduzindo essa subordinação, ou seria essa pessoa que eu sou, sempre rebelde a essas condutas masculinas. E, quando eu pensava na minha vizinhança, as mulheres pobres, negras, caboclas, eu observava que sempre eram as mais pobres ou sempre eram as chefes de família e carregadas de filhos ou viviam relações que hoje a gente chama de relações abusivas, mas que, naquela época, pensava assim, “bom não tá andando direito por isso que o marido está maltratando”, e eu não me conformava, eu não via isso com bons olhos. Então, traçando em miúdos, seria ver uma mulher negra com vários papéis sociais, papéis sociais de responsabilidade enquanto mulher criados pelos homens porque sabemos muito bem que a sociedade brasileira foi determinada, ela foi arquitetada, desenhada por uma estrutura branca, machista. Então, os homens determinaram condutas das mulheres e o controle e eu percebia que, quando eu andava em bairro, que entre aspas, a gente ainda fala, bairro nobre, área nobre, isso é um absurdo e eu já quero pontuar que nós estamos hoje em dia na nova narrativa de descolonizar, aqui, o Brasil.

Como era sua vida nos anos de 1980, década que entrou no CEDENPA?

Na década de 80, eu, Fátima Matos, estava iniciando o segundo casamento já com um casal de filhos do primeiro casamento que foi uma relação abusiva durante 10 anos. Relação essa a que eu reagia, reagia durante 10 anos, mas continuava. Após 10 anos desse casamento, eu separei, divorciei, voltei a estudar, comecei a trabalhar porque, no primeiro casamento, eu era pura e simplesmente uma dona de casa, só cuidava da casa e dos filhos. Voltei a estudar após a separação, divorciei conheci essa pessoa e, após dois anos de namoro, eu voltei a casar. De 1982 a 1996, eu estive neste segundo casamento que foi sim uma relação abusiva, mas não de violência doméstica. Foi outro tipo de relação abusiva, ou seja, a pessoa apesar de ser uma pessoa muito calma, educada, “boa de se relacionar”, mas não previa para si um futuro melhor. Nessa



época, eu trabalhava fora e dentro de casa, eu já estava na coordenação do abrigo Municipal Dulce Accioly para adolescentes em situação de vulnerabilidade social, no plantão noturno de 1993 a 1996. Nesse período que eu ficava na minha casa, eu costurava profissionalmente, ou seja, eu trabalhava, ganhava duas vezes e ele sempre naquela mesmice, pensava muito pouco para si. E eu comecei a ver que mais uma vez eu tinha feito uma escolha infeliz porque eu já pensava que realmente casamento dentro dos conformes pelo qual essa sociedade nos controla quer para a mulher é uma relação de opressão. E, nessa época ainda, eu entrei para o CEDENPA que me abriu os olhos cada vez mais; não para a relação de gênero, mas para as relações raciais, como são as relações raciais no Brasil, no Pará, na Região Amazônica como era a herança colonial. Eu comecei a estudar a relação de raça e gênero na perspectiva da transversalidade, considerando ainda pessoas com deficiência e a questão geracional. Foi quando eu comecei a me debruçar na leitura, na observação das relações de gênero, geralmente, construídas entre homens e mulheres, mulheres e mulheres e homens e homens. E no CEDENPA não era diferente, uma relação onde a maioria dos militantes, das militantes são mulheres, sempre foram mulheres; cada uma com sua forma de ser, mas nessa luta conjunta pelo fim do racismo com poucos homens e, com certeza, homens negros machistas. Cada um com sua forma de ser machista, nem todos evidentes, porém tivemos como militantes bons companheiros que não se viam comportamentos machistas e outros que eram maioria sim. Ainda, fazendo essa narrativa sobre como era a minha vida, entre a década de 80/90, eu comecei também a perceber o quanto era importante estar no movimento social, iniciando no CEDENPA e passando a ter uma relação de conhecimento e de trânsito político, não político partidário, mas de trânsito político das relações humanas com outros movimentos, aí entra o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), entra a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH). Um ano após eu ter entrado no CEDENPA, eu passei a integrar a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos. E aí também, comecei a perceber a importância dessa discussão dos direitos humanos.

Fátima, conte um pouco mais como se deu o seu casamento com o CEDENPA e se posso chamar assim?



Então, dizer se foi um casamento, se foi uma relação legal entre mim, Fátima Matos e o CEDENPA, nessa escolha de escolher o movimento negro para iniciar a militância, eu acredito que um casamento normal onde, dentro do movimento, a gente também lida com as nossas próprias contradições. Então, dizer que se luta pela autonomia, cidadania da população negra, mas também dizer que a população negra também tem suas contradições. Tem homens machistas, com certeza mulheres que também reproduzem o machismo. Mas essas contradições, elas existem dentro do movimento, fora do movimento, dentro da sociedade como um todo. Na realidade, é para isso que ainda estamos nessa luta de superar todas essas questões que nos oprimem. Então, o meu casamento com o CEDENPA, na década entre 80/90, eu acredito que foi uma relação que se iniciou e que continua dando certo até hoje, mas, amadurecidamente, lidando com as nossas contradições. Então, o CEDENPA é um movimento misto até hoje. Tem homens e mulheres, a maioria é de mulheres. Daí, criou-se dentro do CEDENPA, não outro movimento, mas um núcleo de atuação sobre a questão das mulheres negras que, nessa época, se chamava Abyan Níger, cabeça de mulher em yorubá. Nessa época, começamos a liderar essa discussão por dentro do CEDENPA, pensando a situação das mulheres negras dentro do movimento e fora do movimento. Bernadete Mendes Rosa é uma maranhense que viveu muitos anos aqui no Pará, uma grande militante. Edna, Ana Curuçá, Silvana, Élide, Elzinha, Nilma Bentes, Zélia Amador e assim foram chegando outras mulheres e foram se agregando, mas talvez quem mais se interessou a adentrar nesse universo do conhecimento, da questão das mulheres negras, especificamente nessa relação de gênero, eu e Zélia Amador. E aí, isso se vê quando se começa a atuar para fora do movimento, levando a discussão de dentro do movimento para fora, ou seja, nas outras organizações em que a gente estava nesse permanente trânsito relacional, a gente levava a discussão, a pauta das mulheres negras. Evidente que essa pauta não era muito valorizada, não era muito olhada, sentida e daí é que começou a se intensificar o movimento de mulheres negras no estado do Pará, em outras organizações, começou a se criar setores de gênero e raça nas centrais sindicais, nos movimentos de trabalhadoras rurais, em outros movimentos, mas, assim, de uma forma lenta. Hoje, a gente vê mais intensificado, mas ainda não significa que a pauta das mulheres negras é prioritária para outras organizações, por isso hoje que se têm redes nacionais de mulheres negras, redes estaduais e, ainda, o CEDENPA nessa permanente e constante discussão sobre a questão das mulheres negras amazônidas. Daí é que nasce a discussão sobre o feminismo negro



que eu vou colocar mais adiante, mas o meu interesse na discussão, nas questões das mulheres negras se iniciou no CEDENPA.

Em 1986, nasce o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andressa, em São Luís Maranhão, de grande importância, e eu pergunto, em relação ao CEDENPA, esse debate de mulheres negras já se fazia presente desde seu início em 1980? Porque é na mesma década. Ou não, era uma questão mais de um debate sobre o negro em que essas questões, mesmo sendo hegemônicas por mulheres, não se faziam, não estavam presentes como pauta?

A discussão da questão da mulher negra iniciou sim no CEDENPA, nos anos de 1985, 1986, 1987 e 1988 já se tinha essa preocupação de criar uma pauta para as mulheres negras, evidenciadas pela situação de violência doméstica, a questão do trabalho, a dificuldade das mulheres acessarem à Educação. Então, por isso que nós criamos esse grupo e esse grupo começou a trabalhar dentro do CEDENPA com oficinas, debates, encontros e isso começou ir para fora. O debate das mulheres negras, o CEDENPA começou a levar para outras instituições, aí nós começamos a pensar em tomar a pauta; então essa é a pauta que queremos. No surgimento do Conselho, porque o primeiro conselho de mulheres aqui no estado do Pará foi em Belém: o Conselho Municipal da Condição Feminina é anterior ao Estadual, e eu comecei a fazer parte desse conselho municipal representando o CEDENPA, levando a pauta das mulheres negras. Eu fui considerada, na época, pela presidente da Casa Abrigo Dulce Accioly para as adolescentes em situação de vulnerabilidade social uma das melhores conselheiras porque eu sempre estava com ela, sempre estava pautando a questão. É claro que não interessava para os outros movimentos da época, não que fossem contra o CEDENPA, mas que tinham suas pautas específicas em relação à mulher, mas que não era a questão racial, não era a questão específica pautada pelas mulheres negras. Quando surgiu o Conselho Estadual, fui para dentro do Conselho representar o CEDENPA. De novo vem a pauta e daí se intensifica. No governo do Fernando Henrique, eu me lembro que eu fui a única presidente de conselhos presente, no primeiro grupo instalado que era um Grupo Interministerial que era para discutir um Programa Nacional contra a Violência contra a Mulher por iniciativa do Ministério da Saúde, a Câmara Temática sobre Violência Doméstica e Sexual foi criada em 1999. Eu lembro



que nos reuníamos em Brasília, naquele ano, a cada dois meses: eu, Fátima Matos, do CEDENPA - Pará, Elcilene Leocádio do SOS Corpo de Pernambuco, Doutor Aníbal Faundes, um venezuelano, um médico ginecologista excelente, do Centro de Pesquisas das Doenças Materno-Infantis de Campinas - SP; Jacqueline Pitanguy do CEPIA (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Ação) do Rio de Janeiro, Lilia Blima Schraiber da Faculdade de Medicina do Paraná, Gilberta Soares do CUNHÃ Coletivo Feminista da Paraíba e depois entrou Fátima Oliveira, fundadora da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais Reprodutivos. Foi quando eu conheci a Rede, mas me integrei depois. Então, formamos um grupo e eu fui lá colocar a pauta das mulheres negras, das mulheres paraenses em relação à questão da violência doméstica. E lembro também que iniciei o Grupo do Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH com outras mulheres negras de outras organizações feministas que também participavam e começamos a pautar a questão da mulher negra e as questões de gênero. O MNDH era super machista porque a maioria era composta de homens. E nós, numa discussão forte dentro do Movimento, e isso começou a ir para as regiões porque a geopolítica do Movimento Nacional de Direitos Humanos é por regionais. E aí isso foi começando a acontecer dentro de outras regiões de outros estados. E aí eu me lembro que eu fiz algumas viagens para o Maranhão para conhecer alguns grupos de mulheres para algumas discussões. Eu fui implantar, por três dias de capacitação, em São Luís do Maranhão, o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres. Passei três dias lá para sensibilizar, capacitando dizendo como se criava um Conselho e quais as pautas relativas às mulheres que esse Conselho teria. O CEDENPA sempre foi liderado por mulheres em várias áreas né? Porque o CEDENPA iniciou com a questão racial e começou a ter a suas pautas específicas, da questão de territórios quilombolas, a questão do trabalho, educação, saúde começou a ver essas necessidades de discutir e se pautar. Pautar que eu falo é formalizar plataformas e marcos legais. Temos uns artigos dentro da Constituição Estadual que foi a primeira conquista sobre a importância do Estado promover a cidadania da população negra. Lembro que nós fizemos um grande Encontro de Mulheres Negras de Belém no CEDENPA em 1993. Foi maravilhoso o Encontro; eu sempre digo “que carregamos esse Encontro na costa, eu e a Elzinha Rodrigues” como coordenadoras com promoção do CEDENPA. Mas assim, o que eu vejo é que as mulheres no CEDENPA concordam com a temática, com a discussão e claro com o resultado de algumas lutas nessa questão específica de gênero, no feminismo, mas, assim, nem todas



se debruçam e se dedicam, eu percebo isso. Elas não dizem não, elas dizem sim, mas elas não se dedicam. E aí eu enxergo que isso não significa que as mulheres negras não estejam sensíveis às suas próprias questões. Eu falo a militância do CEDENPA, que agora a coisa já cresceu muito, mas na época não participavam tão ativamente, mas não eram contra. O resultado positivo que eu vejo é que as mulheres militantes do CEDENPA já sabem se defender dessas questões. Elas sabem muito bem o momento em que elas dizem não, dão um basta. Para mim, isso é muito positivo. E as pessoas têm o direito de escolher a sua pauta. O CEDENPA, eu vejo assim, que é pela votação: “O que você gosta mais, é a cultura, educação”? Eu fui uma das que me diferenciei e escolhi a questão dos direitos humanos porque é uma questão que discute todos os direitos. É evidente que a gente sempre se apaixona por um, dois, três, mais que a gente acha que é necessário porque a dinâmica indica: “Agora esse momento é da área da saúde, mas em outro momento é mais educação, trabalho, violência”, por isso eu me dediquei especificamente pelas questões dos direitos humanos para as mulheres e para as mulheres negras. Mas eu vejo de uma forma muito positiva essa participação das mulheres do CEDENPA, mas é uma coisa muito por votação. Acho maravilhosas as mulheres que se dedicam à área cultural, por exemplo, o bloco Afro Axé Dudu (ano fundação:1987), a banda Afro Axé Dudu (ano fundação:1998) e outras mais voltadas para a educação, outras mais voltadas para projetos que atingem diversas áreas e por aí vai, né? Então, eu acho muito positivo isso, eu vejo como super positivo. Eu, Zélia, Nilma, Bernadete, Edna também já tínhamos essa preocupação, mas quando eu digo que sai de dentro do movimento para fora porque a partir do momento que você passa fazer uma interlocução com outras organizações mistas ou femininas, a partir do momento em que você passa a integrar instrumentos de controle social como conselhos. Eu estive representando o CEDENPA no Conselho Municipal que presidi por 8 anos. Estou Conselheira do Conselho Estadual de Mulheres, fui vice-presidente em gestões atrás. Representei o CEDENPA no Conselho Estadual de Segurança Pública, anos atrás. Neste ano de 2020, fiz dois relatos [pareceres] porque sempre é indicado um conselheiro ou conselheira para estudar um relatório de atividades do Órgão do Estado que tem assento no CONSEP. Fiz estudo do relatório das atividades da Ouvidoria do Sistema Prisional de Segurança Pública do Estado do Pará. Depois, fui para o Comitê contra a Tortura de dentro do Conselho Estadual, nos anos de 2003 a 2006 e aí é evidente que a coisa começa a ter mais visibilidade. Uma coisa é o CEDENPA discutir junto com outras frentes, outra é ele também começar a visibilizar essa frente



específica que é a questão de gênero, raça e, hoje, com a discussão muito importante muito qualificada que é o feminismo negro, que é como as negras aprendem a se defender, como as negras começam nessa trajetória histórica a se dar conta desse papel na sociedade. A partir da discussão dessa concepção do que é o feminismo que significa entre outras palavras a derrubada, o fim do patriarcado e, na realidade, o fim da opressão contra a mulher. E o fim da opressão contra as mulheres negras é 100 vezes maior do que a opressão contra as mulheres brancas porque as mulheres negras ainda estão num patamar ainda inferior. Ainda de vulnerável, ainda inferiores, ainda de excluídas. Então, essa mulher negra começa a pautar sua própria existência nessa luta constante pela sua cidadania dizendo que é negra, mas que vem com todas essas demandas históricas de exclusão. Então, é importante sim que seja considerada assim. Então, o feminismo negro é evidente que seja diferente do feminismo da branca, e isso aí fomos nós do CEDENPA, aqui no Estado, que começamos a pautar essa discussão. Eu há anos pautava essa discussão do diferencial de ser mulher negra, mas não usava essa terminologia de feminismo negro e hoje é qualificado assim. Lembro da visita aos quilombos que eu integrava nessa época também o elenco da peça Face Negra Face em 1989 e levava dentro da bolsa uma prancheta, caneta e papel para também fazer o levantamento das questões dentro das comunidades quilombolas. Acho que eu fiz umas seis viagens com a equipe e outras pessoas do CEDENPA: Marivaldo, Eliana, acho que a Maria Paixão, várias pessoas. Fizemos várias viagens também com as primeiras militantes do CEDENPA para fazer essa viagem de coleta em quilombos de municípios mais próximos aqui do município de Belém. Aí eu observava, Eneida participava também, Idália, Pereira, nossa equipe do Face Negra Face, eu já observava o diferencial da vida da mulher negra da cidade da zona urbana e a vida da mulher nos quilombos e isso se traduz em uma discussão que vem também da Academia, que faz pesquisa, que estuda e que traduz para a gente alguns dados que o Movimento não tinha condições de fazer. E o Movimento se alia a esses dados e qualifica cada vez mais esses dados porque sempre digo que a Academia está produzindo conhecimento, ciência, mas não retorna para a sociedade para as comunidades de uma forma bastante popular para que a comunidade se sinta representada naquela ciência, naquele estudo. Acho que isso a gente precisa estar sempre cobrando, sempre pautando isso. Não é que não esteja acontecendo, mas não da forma como deveria acontecer.



Sobre o CEDENPA, nessas décadas de 1980 e 1990, ao olhar para o passado, o que significou o seu engajamento?

Eu olho para um passado que ele não é tão passado assim, e acho que meu engajamento no CEDENPA foi uma das coisas mais importantes que aconteceu na minha vida porque mesmo lidando com as contradições, dentro do movimento e fora, eu acho que essas contradições nos fortalecem e ajudam a pensar diferente e olhar as pessoas de uma forma diferente. É dizer que as pessoas não são santas, cada uma tem sua forma de ser e esta forma de ser é fruto e produto dessa socialização na família onde se cristalizam, muitas vezes, os preconceitos. Eu sempre digo que a minha fala também é no sentido de que as nossas famílias têm seus códigos, seus segredos, seus símbolos e simbologias. O legado que eu tenho até hoje com o CEDENPA é o melhor possível, mas sempre enfatizamos que nós temos que cada vez mais dar um olhar a essas contradições para mais adiante não darmos passos falsos, e aí até brincarmos de fazer movimento; o que eu quero dizer é que não adianta dizer, “eu luto pela questão da mulher negra, eu luto pela cidadania, eu luto contra o racismo”, mas, adiante, quem sabe você pode ter um comportamento que contrarie esse discurso, contrarie seu discurso com sua prática. Eu acho que essa é uma realidade em qualquer organização que prima pela melhoria, eu não diria pela perfeição. A perfeição, eu acho que não se consegue chegar à perfeição, mas acho que se tomar consciência das nossas próprias contradições, do nosso discurso e da nossa prática, a tendência é melhorar nós, sujeitos, indivíduos, e melhorar a coletividade e isso com certeza sempre se melhora. Numa perspectiva de melhorar é evidente que também há sinais possíveis da sociedade mudar, na mudança na sociedade. Da gente olhar e sentir no comportamento das pessoas que surtiu um bom efeito. E se muda, muda a vida das pessoas para melhor. Mas agora é evidente que cada um no seu tempo e cada um na sua forma. Talvez felicidade para mim não seja para as demais pessoas, mas que esse sentido, essa esperança de felicidade seja algo positivo, seja uma coisa boa, que repercuta de forma salutar na vida dos seres humanos. Então, eu digo que o meu engajamento no CEDENPA, olhando para esse passado, para esse presente e para esse futuro, eu espero que seja bom, positivo.

Na sua vida pessoal, com o passar do tempo, como o CEDENPA foi fazendo parte ao influenciar em suas decisões em sua vida pessoal e de militância?



Evidente que, dentro do CEDENPA, as atividades e tudo que acontecia, as sensibilizações, as capacitações, a forma como eu tive a oportunidade de me instrumentalizar dentro de várias temáticas, claro e evidente que isso repercutiu de forma positiva para a minha vida pessoal e as minhas decisões e se tratando de que decisões essa na minha vida pessoal e coletiva, ou família com meus filhos, outras pessoas da minha família, sempre foram em função de reduzir e superar os preconceitos. Sempre eu pensava: Bom, eu estou nessa luta, nessa condição, mas eu tenho que levar, para dentro da minha família, da minha casa, essa questão e ver qual o evento que surge, quais possibilidades que eu tenho de ser uma agente de mudança nessas questões. Então, com certeza sim, o CEDENPA influenciou as minhas decisões e continua influenciando até hoje. A verdade é que se eu tenho uma certa instrumentalização para falar do capitalismo, o que é o poder, o grande capital, qual a influência faz com que ele tenha grande influência na vida da população, por exemplo daqui da Amazônia. Se eu tenho condições de tentar levar uma fala pertinente às questões raciais, ao racismo institucional, ao racismo cultural, todas as formas de racismo que existem em nossa sociedade; se eu tenho condições de falar do patriarcado, do poder do homem, de falar sobre essa hierarquia machista, o efeito negativo que também surte na vida das mulheres; se eu tenho condições de visualizar o que significa o sexismo.

Você participou de formação de quadros aqui e em outros estados pelo CEDENPA? Conte um pouco dessa experiência.

Sim, eu cheguei a participar em 1998 em São Paulo no Instituto CAJAMAR - Escola Especializada de Formação e Organização Política. Eu fui uma das pessoas convidadas para rolar uma capacitação, uma formação para militantes do partido, eu fui falar exatamente sobre gênero e raça dentro dos partidos. O que significava o partido enxergar que poderia ser racista, machista e inserir uma plataforma política contra essas duas questões. Eu participei, durante dois anos, indo a vários municípios do estado do Pará para ser uma das coordenadoras do projeto “Uma vida sem violência é direito das mulheres”. Participei do governo Dilma através de um projeto da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres que falava também sobre a Lei Maria da Penha e sobre as questões da violência doméstica. É evidente que, quando se fala em Lei Maria da Penha



e violência doméstica, nós temos que falar de todas as outras violências. Nós temos que falar de uma política integral dos serviços das mulheres. Eu sempre acho que não é só as mulheres é toda a população da nossa sociedade. Então, não é só falar de uma violência doméstica, das cinco categorias de violência em que se insere a violência psicológica, a matrimonial, a moral, a física e a sexual; mas falar que essas violências têm que ser tratadas, têm que ser cuidadas, tem que ser esperada uma resposta, uma resolução, principalmente do Tribunal de Justiça do Estado, numa relação integral de serviços. As demandas que podem ser dadas às mulheres, como vítimas de violência, e aí vêm todas as outras violências na vida dessa mulher. Eu, quando fui presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina, tive a oportunidade de conhecer o projeto, participar, levar adiante o projeto “Viva Mulher” onde eu aprendi que na época as três maiores incidências de câncer em Belém, em municípios da grande área de Belém, Marituba, Ananindeua, Benevides eram doenças de câncer motivadas pela questão da sexualidade. Foi aí que eu me debrucei pelo estudo da sexualidade, ou seja, mulheres adoeciam de câncer de mama porque sequer pensavam em fazer o exame para detectar os níveis de câncer porque pensavam que nunca o seu companheiro ia tocar em seus seios. Mulheres que adoeceram de câncer de colo de útero porque se recusaram a fazer o exame, se recusavam a fazer o tratamento porque pensavam que entre 30, 60 e 90 dias não iriam ter relações sexuais com seus companheiros e eles, fatalmente, procurariam outra mulher. Isso significa a subordinação a doenças pelas questões de gênero. Então, foi um estudo muito rico em que eu me capacitei e passei também a dar palestra dentro dessa questão. Também conheci a Rede Nacional Feminista de Direitos Sexuais e Reprodutivos mencionada anteriormente na qual sou filiada até hoje. Sou Coordenadora da Região Norte e conheci o que significa direitos sexuais e reprodutivos e me vi também nessa história. Vi que eu também fui vítima ao não ter assegurado esses direitos, nem os sexuais e nem os reprodutivos. Então, realmente é uma escola, o movimento social, a oportunidade que a gente tem quando está interessada é uma escola e devo acrescentar que ninguém chegou para me oferecer uma cartilha, uma leitura, eu fui à luta e busquei recursos de conhecimento. Nunca ninguém bateu na minha porta para dizer “olha, lê isso”, não. Mas foi o CEDENPA que me estimulou a ir buscar esse conhecimento. Eu necessitava ter mais conhecimento, eu necessitava ter a minha fala, ter a minha narrativa própria a partir da minha leitura do fundo do meu discernimento para que fosse ouvida, ser vista e as pessoas se sentissem representadas.



Você participou de cursos de formação e debate de gênero. Fátima, você poderia citar alguns.

Particpei em 1998, em São Paulo, do curso sobre Gênero e Saúde Sexual, Direitos Sexuais e Reprodutivos pela Rede Feminista com a psicóloga Maria Rita Kehl. Em 1994, em Belo Horizonte, na Casa de Passagem Ana Vasconcelos, Oficina sobre Violência contra Mulheres e Meninas em Situação de Rua. Em 2000, em São Paulo pela Fundação Perseu Abramo, no governo de Marta Suplicy, do Curso “O governo das Cidades do ponto de vista das Mulheres”

No debate sobre Raça e Gênero, o que você leva adiante em oficinas e eventos e quem são as suas referências?

Olha, eu tenho muitas referências. Eu tenho uma biblioteca aqui em casa muito boa. Eu tenho Ângela Davis, tenho Heleieth Saffioti, Sueli Oliveira, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, tenho aqui Luzia Álvares que também escreve muito sobre a questão da mulher como pesquisadora. E a minha própria vivência, minha própria observação também que eu acho muito importante para mim. Eu dou muito valor ao que eu penso, aos contextos que eu adequo, o que eu consigo desempenhar a partir das minhas leituras, da minha vivência, da minha observação. Eu acho que Frantz Fanon, eu tinha a oportunidade de fazer uma leitura apenas daquela produção que Zélia cita muito [Pele Negra, Máscaras Brancas]. São inúmeras as referências, mas também eu acho que a Zélia e Nilma continuam sendo as duas grandes referências. Mônica Conrado também é uma excelente referência.

Sabemos que o mundo do teatro fez parte de sua vida. Pode contar um pouco sobre a importância do teatro e como conciliava militância, vida privada e teatro?

Na realidade, toda a minha família tem veia artística. Eu tenho três tias que são escritoras, formadas em Olinda. Uma delas é psiquiatra. Elas escreveram vários livros sobre família, sobre saúde mental, sobre vida de mulheres em violência. Tem a minha tia Darcy que é uma grande poetisa, é professora e também sofreu muita violência, tem um



histórico de mulher negra que sofreu muita violência, foi casada com um homem branco. Eu me metia muito na vida dos outros e, quando eu ia lá e sabia das coisas, eu ia para cima do cara. Minha tia Irene é socióloga, ela é ex-funcionária do Banco da Amazônia e também é uma grande poetisa. Eu também escrevo muito, cantei anos atrás. Poucas pessoas sabem, mas eu cantei em uma banda, uma banda musical que se chamava “Belém Show” e cantava MPB, cantava músicas italianas inclusive da Rita Pavoni. Hoje, quando eu conto, a Socorro [ativista negra amazônida do CEDENPA] morre de rir. Então, essa veia está muito presente na minha família. E escrevo muito, eu lembro que, na época do governo petista municipal [02 mandatos consecutivos do Prefeito Edmilson Rodrigues, 1997-2004], a coordenadora da FUNPAPA (Fundação Papa João XXIII de Assistência Social do Município de Belém) dizia para mim, “Poxa, eu tenho que lançar um livro dos teus escritos”. Na realidade, nunca saiu esse lançamento, nunca foi possível. Então, o teatro surgiu primeiro com o CEDENPA, quando eu fui fazer parte da equipe Face Negra Face (1989) e, nessa época, eu conheci o Luiz Otávio Barata, a Zélia Amador já me deu um empurrãozinho e eu fui integrar o elenco do grupo de teatro Cena Aberta, em meados dos anos 1980 e 1990. Na época, era dirigido pelo Luiz Otávio Barata, tivemos uma peça da qual alguns integrantes do CEDENPA fizeram parte, o Pereira, o Machado e eu fiquei durante uns 10 anos fazendo parte. Não tive condições de estar em todas as peças durante esses 10 anos. Eu era a pessoa que fazia o figurino junto com o Luiz Otávio, inclusive nós ganhamos três prêmios nos festivais do teatro brasileiro. Lembro que um foi em Campina Grande, inclusive eu até fui para lá com a equipe, também ajudando na confecção do figurino, das peças e foi uma experiência muito boa. O Cena Aberta, nós tínhamos um trabalho de laboratório, o Luiz Otávio Barata que dizia “Para fazer teatro não precisa ser ator”, e eu dizia, precisa sim; eu tinha uma mania muito grande de rir muito nos ensaios e eles paravam o ensaio. Eu me lembro que a Zélia foi lá conversar e fez até uma análise do porquê se ria muito. Foi maravilhoso, foi um aprendizado muito bom artístico-cultural. Então, assim, eu tive oportunidade de sim, sendo mãe criando os meus filhos junto com a minha mãe que sempre morou comigo e me ajudou muito na educação com meus filhos, a levar a militância do CEDENPA também. Agora, eu friso que todas essas atividades, inclusive de ser mãe e dona de casa, incluem renúncias. A mulher mãe dona de casa é essa mulher que, obrigatoriamente, tem que responder aos anseios do que é ser uma dona de casa, do que é corresponder, ela também se permite renunciar até uma vida pessoal que



poderia ser só dela. Mas, como eu digo, casamento é uma opressão, você perde a identidade. E, nessas referências aí que citei, ainda tem a Elizabeth Badinter com o seu trabalho sobre “Um é o outro: a perda da identidade em uma relação” e a Mônica Navarro com a “Cama na Varanda” é uma boa referência para mim. Otto Maduro, leio muito, gosto muito. Então é isso, eu acho que eu tentei conciliar, mas tive muitas perdas, muitas renúncias. Eu, por exemplo, em alguns momentos da vida dos meus filhos eu não pude acompanhar e isso não foi muito bom. Na vida pessoal também, eu tenho a minha parcela de culpa no fracasso desse segundo casamento, eu reconheço. Após a doença do Luiz Otávio Barata, algumas questões ocorridas no próprio grupo levaram ao fim do Cena Aberta. Esse grupo não foi mais reeditado, eu gostaria muito que voltasse e era um grupo voltado à questão homossexual masculina inclusive e outras questões pertinentes aos paradigmas nossos da sociedade que a gente levava para a cena.

Houve uma época em que você atuava no MNDH e no CEDENPA. Como você construía as pontes, durante sua atuação, em ambas instituições e, conseqüentemente, incluía o debate de raça e gênero e direitos humanos?

Então, quando nós iniciamos o levante para discutir raça, gênero e outras questões pertinentes às mulheres, na realidade, queríamos que o movimento nacional encampasse especificamente essas questões porque como se tratava de discutir os direitos humanos é evidente que isso fosse abraçado pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos que trata da questão de humanas e humanos, mas não, especificamente, gênero, raça como nós iniciamos e acabou dando certo. Então foi criado um grupo de estudo de que eu fazia parte junto com a Isabel Peres de São Paulo que é o do grupo “Tortura Nunca Mais”, acho que uma pessoa do Nordeste, era uma moça negra, não lembro o nome dela. Eram seis mulheres, dessas seis, duas saíram e ficaram quatro e depois saiu uma e ficaram três e dentre essas três, eu e a Isabel Peres. Eu e Isabel Peres fomos referenciadas dentro da Comissão Internacional de Direitos Humanos - CID, que não sei se a sede ainda é na França e dizem que a minha foto junto com a Isabel Peres ainda está lá. Não sei se agora, nesse momento de 2020 está, mas até 2018 estava lá. Então é isso, boas lembranças. Eu não me arrependo do que fiz. Então, isso é muito bom, é muito bom para o CEDENPA, para as mulheres negras, para o movimento de mulheres. Ainda uma bela lembrança. Quando eu estava atuando mais



diretamente no Movimento Nacional de Direitos Humanos, eu fui suplente da Conselheira Nacional. A Elizety Veiga era titular e eu era suplente. Houve uma época em que ela estava impossibilitada de participar de reuniões e eu ia continuamente, quando convocada, nas reuniões que eram em Brasília.

Quem a conhece sabe que é apaixonada pela dança. O que a dança significa para você?

Saía frequentemente para dançar e namorar. Se existe um esporte saudável é namorar de leve sem amarrações, nem promessas. Danço há 40 anos, alguns ritmos *calientes* mexem com minhas fantasias, outros românticos com meus afetos correspondidos, músicas com sentido político me estimulam a continuar na luta.

Quais são as suas estratégias e a do CEDENPA, principalmente, em tempos de pandemia para seguir adiante?

Transitar em ambientes diferenciados de militância tem um significado importante em minha vida, fortalece minha capacidade, perspicácia e discernimento em escolher o momento certo para intervir em determinadas situações de conflitos decisórios ou não. Em tempos de pandemia e isolamento, coloquei à prova minha capacidade de resistir a necessidades de lazer conjuntamente, embora tenha meu tempo e atenção voltados aos impactos dessa barbárie na saúde de negras e negros. A necessidade de mostrar a capacidade de resistência da população que não difere do período escravagista colonial. A pandemia mostra e prova essa resistência e a instituição CEDENPA se lança no desafio de potencializar seu capital político no sentido da redução e superação desses danos. Minha estratégia é priorizar o que é necessário investir para a luta conjunta no enfrentamento aos impactos da pandemia. Na impossibilidade de ações presenciais, as lives têm sido uma forma metodológica de encontros de alto teor de conhecimento e socializações de saberes. Tenho participado de lives locais e nacionais em temas sobre Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos, sobre Violência contra a Mulher, Desencarceramento, Direitos Humanos. Participei na elaboração de três campanhas para distribuição de cestas básicas com parceria da SDDH, CEDENPA, CNBB, Instituto Avon e como Conselheira Estadual de Segurança Pública também na



campanha de cestas pela SEGUP. O CEDENPA nos faz reconhecer que não se luta sozinho ao dar visibilidade e ampliação do debate sobre Necropolítica, provocando mergulhos estratégicos em outras áreas temáticas relativas às populações originárias, tais como Amazonidades e Escrevivências Femininas.

O que significa para você os 40 anos do CEDENPA?

Bom, os 40 anos do CEDENPA, que desses 40 anos eu só tenho vivido 35/36 anos, salvo engano, eu acho que significa ainda uma luta constante, e eu tenho certeza que essa luta vai ter uma resposta positiva se a sociedade se mobilizar conjuntamente para essa resposta positiva. Os 40 anos do CEDENPA significam, para mim, um universo de luta e, às vezes, eu me pergunto por que que a gente é contra as guerras, contra os códigos de guerra, contra os acordos de guerras, contra os impactos que as guerras fazem na vida das pessoas, mas, ao mesmo tempo, a gente indica a militância estar em organizações que lutam em prol de alguma coisa por que a gente usa esse termo “luta”. É uma coisa, às vezes, que eu fico me perguntando se não é bom a gente usar outro termo, outro significado. Por enquanto é a luta, eu acho que ela é uma defesa. Eu acho assim, CEDENPA 40 anos em luta é a defesa e, ao mesmo tempo, o eterno combate contra o racismo. Isso são os 40 anos do CEDENPA!

Gostaria de agradecer e muito essa oportunidade de ouvir-aprendizagem que você, Fátima Matos viabiliza ao contar sua história que se transversaliza em diversas pautas políticas enredadas na história do CEDENPA em contexto amazônico situado. Você gostaria de acrescentar algo mais sobre Fátima Matos ao final dessa entrevista?

Então, eu aqui falando, eu estou colocando que eu sempre fui uma pessoa que me dediquei aos 12 anos de idade a leituras, boas leituras e essas leituras foram chegando até a mim, e eu costumo fazer uma releitura daquilo que eu leio e observo e traço as minhas próprias reflexões; eu não diria análise. Análise está dentro de um contexto, assim, muito mais epistemológico do estudo da ciência. Eu faço minhas reflexões com esses marcadores sociais que hoje estão na nossa vida que é o patriarcado, o machismo, o racismo e o grande capital que regula, determina, inclusive, até quem vive



e quem morre. Então, eu Fátima Matos, militante, ativista e, ainda, em um eterno aprendizado, seja de como esse aprendizado me vem através da observação da rua, na minha casa, na minha família, nas minhas relações de amizade, na militância. E eu faço questão de citar a região Amazônica onde eu tenho feito o meu ativismo político, a minha reflexão, no sentido de levar a fala, levar a palavra, conduzir para que pessoas se multipliquem cada vez mais para que a gente vença essa grande batalha, essa grande luta, que é o acesso aos direitos humanos, que o estado democrático de direitos e laico seja a prática de todos os dias da nossa vida, e que a gente possa alcançar esse Bem Viver. Eu estou fazendo um mix de o que é essa menina-mulher e hoje essa idosa porque eu já estou chegando aos 70 anos.

Obrigada, Fátima Matos! Eu Estarei em sua festa de 70 anos! Parabéns, 40 anos
CEDENPA!

Recebido em: 01/06/2022

Aprovado em: 25/06/2022